IMPRESSO
Remetente: Rua Otávio Corrêa, 45 – Cidade Baixa
90050-120 – Porto Alegre – RS

2ª quinzena de abril de 2000

AD VERSO

Jornal da Adufrgs nº 59

O ex-presidente da Adufrgs e da Andes-SN, professor Renato de Oliveira, assume a direção da Fapergs com o compromisso de transformá-la em um instrumento indutor de políticas públicas na área da Ciência e Tecnologia.

Páginas 3 e 12

Arte de Mario Guerreiro sobre "Athena", deusa do saber, encontrada no Jardim de Lucullus, em Roma – Liebighaus Museum Frankfurt

O seqüestro do saber

Inauguramos, nesta edição, uma parceria pioneira no Estado com o jornal francês *Le Monde Diplomatique*. Crítico mordaz do neoliberalismo, o *"Diplô"* oferece mensalmente um rico material de análise sobre economia, política e cultura. Começamos com a reprodução de uma matéria sobre a polêmica questão da propriedade do conhecimento

Páginas 6 e 7

Ever Fonseca / L'Arte con il sorriso

Conhecimento para todos

Este número trata de um assunto atual, que diz respeito à academia e, mais ainda, ao conjunto da humanidade: o seqüestro do conhecimento por interesses privados, que resulta de todo um emaranhado legal concernente à propriedade intelectual.

O alto tucanato modernoso (ou post-modernoso) no seu afã de parecer primeiro mundo adere com entusiasmo às teses da apropriação privada do saber, mesmo sabendo que a tal apropriação é "lá deles", cabendo a nós pagar o pedágio.

Mas nem só de deslumbramento com o "norte maravilha" (obrigado, Henfil) vive a corte planaltina que confunde buchada de bode com "tripes a caen". O pessoal quer mesmo é mostrar que o Brasil é digno de ser uma das plataformas de pouso do capital internacional, sejam eles voláteis ou aqueles mais consistentes que buscam as barbadas proporcionadas pela queima do patrimônio público.

Neste sentido, todos os sinais de subserviência soam como cânticos celestiais nos ouvidos dos investidores internacionais (ou talvez brasileirinhos safados com contas no exterior).

A propósito de conhecimento, um aviso para a turma "lá de riba". Nós, aqui, já provamos que com poucos meios muito fizemos, se estes meios forem adequados o que poderemos fazer?

E como se trata de recurso público é importante consultar a sociedade para que esta envie seus sinais de relevância para direcionar o trabalho dos produtores de conhecimento.

Conhecimento para todos, sem apropriação privada.

OBSERVATÓRIO

Plebiscito sobre a dívida

Na Semana da Pátria, entre 2 e 7 de setembro, os brasileiros poderão opinar sobre o acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e as dívidas externa e interna. Entre os organizadores do plebiscito está a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Central de Movimentos Populares (CMP), a União Nacional dos Estudantes (UNE), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e o Movimento dos Sem Terra (MST).

Auditoria pública

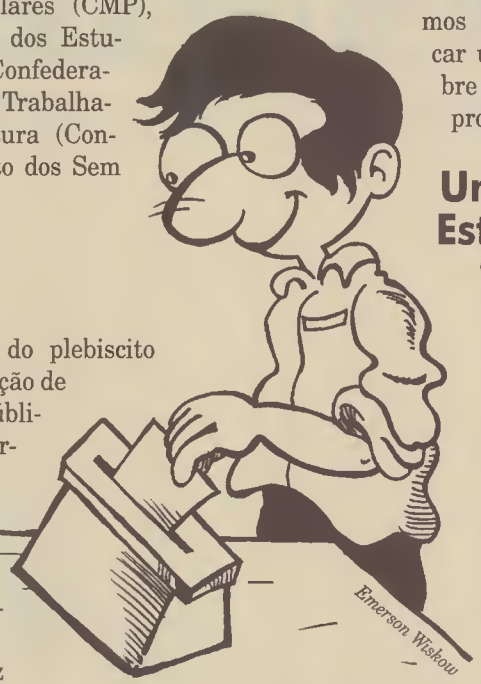
Os organizadores do plebiscito defendem a realização de uma auditoria pública das dívidas externa e interna e medidas de controle sobre a circulação do capital financeiro. O plebiscito faz parte da agenda de lutas dos movimentos sociais para o ano 2000, juntamente com a Marcha Indígena, Marcha das Mulheres, Grito dos Excluídos e Campanha da Fraternidade Ecumênica, entre outras mobilizações.

Direitos humanos

Agora os crimes contra os direitos humanos são de competência da Justiça Federal. A federalização é uma das principais bandeiras dos movimentos em defesa dos direitos humanos e foi aprovada na Câmara dos Deputados no início deste mês. Para o deputado gaúcho Marcos Rolim (PT), a decisão "foi a principal votação de toda a reforma porque abre a possibilidade de enfrentar a impunidade". Ele acredita que "os violadores poderosos dos direitos humanos não terão tanta influência na Justiça Federal como pode ocorrer em âmbito local".

Barbárie

Na noite de terça-feira, dia 4 de abril, 200 homens da Polícia Militar da Bahia invadiram a Área Indígena Coroa Vermelha para destruir um monumento erguido pelos índios pataxós. A obra era uma resposta à cruz de aço erguida no local pelo governo federal para comemorar os 500 anos do Brasil. O monumento consistia em um mapa da América Latina desenhado no solo com pedras. Dentro da obra, artesanatos indígenas simbolizavam a ocupação da terra antes da chegada dos portugueses. O cacique Ailton Alves dos Santos garantiu que o monumento será reconstruído. "Não teremos nada para comemorar se até mesmo na nossa terra não temos liberdade para colocar um símbolo que lembre os povos indígenas", protestou.



Universidade Estadual

O governo do Estado anunciou, no último dia 11 de abril, na reunião da comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia da Assembléia Legislativa, que estão em estágio avançado os estudos para implantação da Universidade Pública Estadual. A instituição dará prioridade ao ensino à distância e usará a própria estrutura física do Estado. A comissão realizará audiências em diferentes regiões para debater o assunto.

Provão

O Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub) planeja criar um modelo alternativo ao implantado pelo governo para avaliar as universidades. O presidente do Crub, José Carlos Almeida da Silva, já apresentou a proposta da entidade ao ministro Paulo Renato Souza e chegou a sugerir uma parceria com o Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Servidores paralisam

Os servidores técnico-administrativos das universidades federais fizeram, no dia 13 de abril, uma jornada nacional de paralisação. Funcionários de portaria, biblioteca, restaurante universitários e outras funções administrativas reivindicam uma reposição salarial de 64% e a fixação da data-base em maio. Há seis anos sem reajuste, a categoria tem indicativo de greve nacional a partir de10 de maio. Antes disso, no dia 4, deve ocorrer uma nova paralisação em nível nacional.

ADVERSO

Publicação quinzenal Impressa em papel Ecograph 75 gramas Tiragem:5.500 exemplares Impressão: Gráfica e Editora Comunicação Impressa Ltda.

Produção e Edição Veraz Comunicação Ltda.

Jornalistas responsáveis Zaira Machado (RJP 7812) Paulo Cezar da Rosa (RJP 5808)

Reportagem: Jéferson Assumção, Marco Aurélio Weissheimer, Gil Cafrune Gosch, Ana Luiza Karam e Vanessa Martins

Ilustrações: Mario Guerreiro

Diagramação: Fabrícia Osanai

Diretoria
Presidente: Carlos Schmidt;
1° Vice-Presidente: Lúcio Hagemann;
2ª Vice: Elisabete Búrigo;
1ª Secretária: Regina Witt;
2ª Secretária: Daniela Fialho;
1° Tesoureiro: Edson Lindner;
2° Tesoureiro: Mário Brauner;
1° Suplente: Rubens Weyne;
2ª Suplente: Jaqueline Moll

ADufrgs
Seção Sindical da ANDES-SN
ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UFRGS

Seção Sindical do ANDES-SN
Rua Otávio Corrêa, 45 Porto Alegre/RS
CEP: 90050-120 Fone/Fax: (051) 228.1188
E-mail: adufrgs@portoweb.com.br
Home Page: http://www.adufrgs.org.br

PESQUISA

Professores da Ufrgs na direção da Fapergs

Fotos Gil Cafrune Gosch

Posse(1): Ato teve a presença do governador Olívio Dutra, do vice Miguel Rossetto e secretários de Estado

O ex-presidente da Adufrgs e da Andes, Renato de Oliveira, tomou posse no último dia 7 de abril como diretor presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (Fapergs), no Palácio Piratini. Dalcídio Moraes Claudio, professor aposentado da Ufrgs, foi empossado como diretor científico da instituição. "O nosso primeiro compromisso é com a autonomia da Fapergs, o que implica no incentivo à pesquisa básica. Em segundo lugar, afirmamos nosso compromisso face à necessidade de investimento em ciência e tecnologia no Estado", declarou Oliveira em seu discurso de posse.

O governador Olívio Dutra enfatizou a necessidade da Fapergs estimular a produção do conhecimento no Estado. Já o secretário de Ciência e Tecnologia Adão Villaverde lembrou a importância de uma atuação científica voltada para o meio ambiente e para a qualidade de vida da população. Renato de Oliveira destacou a importância de se garantir a destinação de 1,5% da receita tributária líquida estadual à Fundação, como está previsto na Constituição do Estado. Para ele, a participação como cidadãos e co-responsáveis por um projeto político maior será a alavanca para que o Estado e a Fapergs alcancem esse objetivo.

O vice-governador Miguel Rossetto, a secretária de Educação Lúcia Camini, o ex-diretor presidente da Fapergs Pedro Fonseca, os reitores da Ufrgs Wrana Panizzi e da PUC-RS Norberto Raupp também participaram da cerimônia.

Posse(2): Renato de Oliveira e Dalcídio Moraes, com a secretária da Educação, Lúcia Camini

Objetivos de Renato de Oliveira na diretoria da Fapergs

- agir para o aperfeiçoamento e a qualificação de docentes e pesquisadores das universidades e instituições de pesquisa do Estado;
- fortalecimento e ampliação do programa de bolsas a jovens doutores, possibilitando sua atuação junto a organizações do movimento social;
- fortalecimento e ampliação de intercâmbios e convênios com instituições de pesquisa e de fomento nacionais e estrangeiras;
- articular o fomento à pesquisa de ponta e à recuperação de setores tradicionais da economia gaúcha;
- integrar o Estado nas redes eletrônicas de comunicação e transmissão de dados;
- interagir com as diversas esferas do poder público para regulamentar novos fundos financeiros para a área de ciência e tecnologia;

Linhas programáticas de atuação da Fapergs

- compromisso com a melhoria das condições de vida da população gaúcha;
- desenvolvimento de parcerias com a Secretaria estadual de Saúde para a melhoria dos ensinos fundamental e médio;
- fomento à pesquisa de apoio às políticas de integração social;
- desenvolvimento de programas de apoio às associações científicas do Estado;
- estímulo à interdisciplinaridade e à multidisciplinaridade;
- constituição de comitês de ética para a avaliação de projetos, com atuação conjunta com os comitês assessores, o conselhos Técnico-Administrativo e Científico.

PRECATÓRIOS

Adufrgs faz denúncia internacional

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) pode levar à Corte Interamericana de Direitos Humanos, sediada em Washington (Estados Unidos), uma denúncia internacional contra o governo brasileiro. Como explica um dos advogados da assessoria jurídica da Associação dos Docentes da Ufrgs, Francis Bordas, o governo pode ser penalizado, inclusive com multas, por negar a seus cidadãos o cumprimento a uma decisão judicial. "É a primeira vez que a Corte recebe uma denúncia de Direitos Humanos não tradicionais", explica Francis.

O fato foi levado à OAB Nacional em Brasília, no último dia 27, quando os advogados entraram também com pedido de impeachment dos ministros da Educação, Paulo Renato Souza, da Fazenda, Pedro Malan, e outros envolvidos no não-pagamento de precatórios aos professores. Dia 13 de abril, os advogados estiveram novamente na Capital Federal, desta vez para entrar com um mandado de segurança no Supremo Tribunal de Justiça (STJ), contra Paulo Renato. O objetivo é exigir o repasse do valor dos precatórios. "Estamos fazendo o que a Ufrgs deveria fazer", critica Francis.

Outras denúncias

Paralelamente a estes processos, correm denúncias no Ministério Público quanto à responsabilização pelo não-pagamento dos valores. Dia 11, no Ministério Público em Porto Alegre, foi denunciado que o atraso nos precatórios está causando um prejuízo mensal ao erário público de R$ 350 mil. Isto porque os juros para o atraso no pagamento são de 1% ao mês e o montante dos precatórios chega à cifra dos R$ 35 milhões. "Mais cedo ou mais tarde, estes precatórios serão pagos e o cidadão terá que arcar pelo não-cumprimento, por parte do governo, desta decisão judicial", aponta Francis. A ação é contra a Ufrgs e autoridades do Ministério da Educação (MEC).

Sávio Leitão / O.M. Comunicação / Jornalismo

Brasília: O advogado Francis Bordas e o professor Lúcio Hagemann, diretor da Adufrgs, encaminharam denúncias ao presidente da OAB Nacional, Reginaldo de Castro

Luiz Manfredini - Jornalista e escritor

"O milagre cubano"

Gustavo Acosta / L'Arte con il sorriso

Em Havana, onde estive por esses tempos, depareime com uma edição do diário Granma anunciando, em matéria ampla, porém discreta, que o PIB do país cresceu 6,2% em 1999, quase três vezes mais o que havia sido previsto no início do ano.

Os cubanos anunciavam o feito sem o estardalhaço a que tinham todo o direito. Nas circunstâncias de Cuba, apresentar tal performance na economia é mesmo formidável. Um insuspeito relatório da CEPAL, aliás, não deixa dúvidas quanto a isso: o PIB da América Latina simplesmente não cresceu no ano passado. Em termos de PIB por habitante, ainda segundo o relatório, houve um decréscimo de 1,6% na América Latina e Caribe e, em Cuba, um crescimento de 5,6%. Em termos de crescimento médio anual, entre 1995 e 1999, a América Latina e o Caribe cresceram, em média, 2,5%; Cuba, 4%. Bem, o PIB brasileiro, em 1999, cresceu 0,82%, com decréscimo do PIB por habitante. E a turma do governo comemora...

Os cubanos é que deveriam fazer uma algazarra por sua performance econômica de 1999. Até porque, se comparados à situação em que a ilha chegou, há apenas nove anos, os resultados do ano passado multiplicam sua magnitude. Ao bloqueio econômico capitaneado pelos Estados Unidos desde 1962, somaram-se as dramáticas conseqüências do colapso da União Soviética e dos regimes do Leste Europeu, a partir de 1989. Passou a haver uma espécie de duplo bloqueio. De fato, no início dos anos 90, Cuba praticamente bateu no fundo do poço.

Não foi brincadeira. A ilha perdeu, do dia para a noite, 85% do seu comércio exterior, o PIB despencou pela metade, 80% da capacidade industrial instalada foi paralisada. O petróleo acabou, obrigando a volta da tração animal na agricultura e em boa parte dos transportes urbanos. O desemprego grassou. Faltou comida, roupa, energia elétrica e medicamentos vitais, artigos de limpeza e higiene pessoal. Os cubanos emagreceram e ficaram doentes.

Mas Cuba, afinal, renasceu das cinzas. A reação da economia resultou de um amplo e corajoso leque de reformas: a entrada do capital estrangeiro, a instituição do trabalho por conta própria na cidade e no campo, a aceitação do dólar americano como moeda corrente, ao lado do peso, a priorização do turismo como fonte de geração de emprego, a entrada de divisas a curto prazo, entre outras. Mas, alto lá: nada indica – como pensam alguns – que Cuba esteja marchando na direção do capitalismo. É bom lembrar que as reformas não são um fim em si mesmas. Possuem, ao contrário, valor meramente instrumental enquanto contingência irrecusável para a integração – soberana, nunca é demais ressaltar – da ilha na economia internacional.

Não fosse pelo contexto socialista lá reinante, as medidas de economia de mercado adotadas renderiam o que normalmente rendem num ordenamento capitalista, em particular em sua perversa feição neoliberal: abastança para as elites à custa de uma gigantesca exclusão social. Em Cuba, ao contrário, assumidas sob controle, vêm propiciando a recuperação econômica, a preservação da independência, da dignidade nacional e das enormes conquistas de justiça social tradicionalmente asseguradas pela revolução, ainda que os cubanos, com a grande sinceridade que os caracteriza, reconheçam que os níveis de produção alcançados, mesmo que apresentando uma evolução bastante positiva, ainda se encontram longe de satisfazer as necessidades da população. Dificuldades persistem, é verdade, no dia-a-dia dos cubanos, mas sem qualquer semelhança com os rigores dos primeiros anos do período especial instituído para enfrentar as conseqüências da dissolução da União Soviética.

O que a História vai demonstrando é que o socialismo, assim como todos os ordenamentos sócio-econômicos que o antecederam, segue ziguezagueando, com altos e baixos, avanços e recuos, segundo as numerosas conjunturas que se sucedem, cumprindo etapas que não podem ser adivinhadas. E, sobretudo, vai criando soluções específicas em cada país que ocorre. O modelo único foi mesmo sepultado pela História. Encaminhado assim dialeticamente, o socialismo readquire o viço que lhe é próprio, recompõe-se dos erros que redundaram em seu fracasso na União Soviética e no Leste europeu e, ainda que lentamente, vai se requalificando diante da Humanidade como a única alternativa civilizatória viável a cada vez mais assustadora barbárie capitalista. E, nisso, a pequena ilha caribenha é, como disse alguém, "uma luz que não deve apagar-se. A luz dos esquerdos humanos".

Luiz Manfredini visitou Cuba em janeiro último

PROTESTO

Estudantes reivindicam mais verbas para a educação

Cadeiras, classes e quadros velhos foram colocados em frente à sede do Banco Central por estudantes da Ufrgs, em protesto contra a falta de verbas para a educação. A instituição, que segundo os manifestantes representa o local onde está o dinheiro que deveria ser destinado para o ensino público, teve os vidros pintados com palavras de protesto, como "FHC ladrão".

Foram realizadas manifestações em todo o país motivadas pela União Nacional de Estudantes (UNE) e pela União Brasileira de Estudantes Secundaristas (Ubes), no dia 28 de março. Além de defender a educação pública, o ato homenageou o estudante Edson Luís, morto pela ditadura há 32 anos.

Em Porto Alegre, a manifestação começou com a concentração dos estudantes na Praça Argentina, onde fecharam a Av. João Pessoa por dez minutos. O coordenador de Comunicação do DCE, David Ernesto Landau, criticou a anulação do ato de anistia ao professor Geraldo Canali que havia sido punido pelo regime militar. O líder estudantil também fez referência à reprovação do curso de jornalismo na avaliação realizada pelo MEC.

Na falta de carro de som, os manifestantes tiveram que usar a criatividade. Os que estavam na frente repetiam o que os oradores falavam para os de trás ouvirem. Cartazes lembraram a Parada dos Bixos realizada até o final dos anos 60, que deve se repetir a cada começo de semestre.

Alguns estudantes pintaram o rosto de verde, amarelo e preto, simbolizando o luto pela precariedade da educação pública. Como em todos os protestos, não faltou a música de Geraldo Vandré, "Pra não dizer que não falei de flores".

Na Esquina Democrática, os manifestantes se juntaram com professores e servidores públicos que estão há seis anos sem aumento e realizam uma campanha salarial unificada. Houve encenação, de forma bem humorada, do grupo teatral "Povo da Rua" que apresentou personagens como FHC, ACM, FMI e dois servidores explorados. No fim, sobrou torta na cara dos exploradores.

Quem foi Edson Luís

Reprodução do livro "Os Carbonários"

Edson Luís Lima Souto, estudante secundarista de 17 anos, foi morto em 28 de março de 1968 pela polícia no restaurante Calabouço. Primeiro estudante assassinado pela ditadura militar, teve o corpo velado na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, contando com a presença de estudantes, intelectuais e artistas.

No dia seguinte de sua morte, 50 mil pessoas do Rio de Janeiro acompanharam o enterro. No trecho por onde passariam, as ruas ficaram escuras mas os veículos acenderam os faróis e os moradores dos edifícios davam velas e lanternas para os que passavam no cortejo.

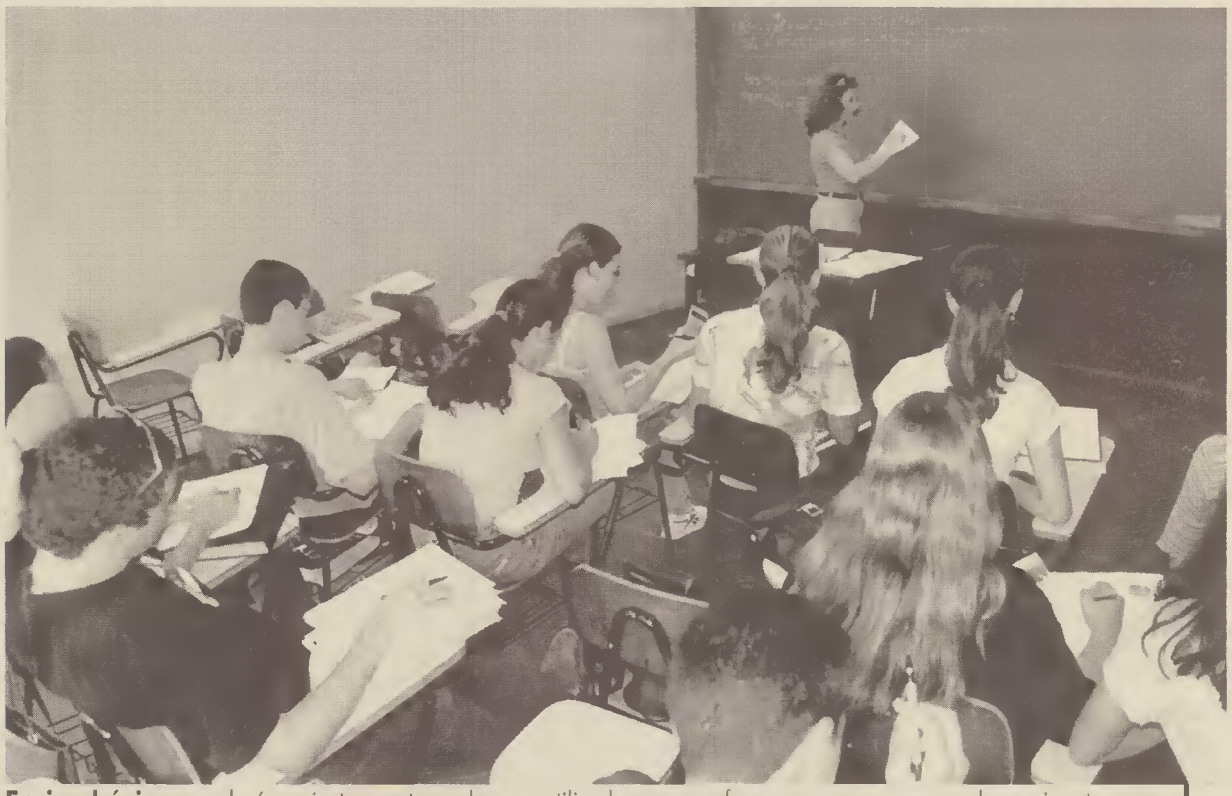
Edson era natural do interior e tinha ido estudar no Rio de Janeiro. Uma das formas que ele encontrou para se sustentar foi realizando pequenos serviços, como o de limpeza do restaurante Calabouço. Por isso, o compositor Sérgio Ricardo fez uma música chamada "Cala a boca, moço". Um trocadilho com o nome do restaurante.

Fontes: "Os carbonários: memórias da guerrilha perdida"- Alfredo Sirkis
"1968, o ano que não terminou"- Zuenir Ventura

EDUCAÇÃO

Governo quer extinguir cursos de Pedagogia

Fabricia Osanai



Ensino básico: escola é um instrumento poderoso, utilizado para conformar as pessoas aos valores vigentes

A implantação de um modelo de ensino para os países em desenvolvimento está afetando uma das áreas mais delicadas da sociedade brasileira: a educação básica. Desde 1995, conforme a diretora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), Merion Bordas, presidente do Fórum de Diretores de Faculdades Públicas, o país vem seguindo normas de Educação que privilegiam mais o interesse privado do que o ensino público. Um dos aspectos que denunciam esta intenção é a tentativa de criar os cursos normais superiores, extinguindo os atuais cursos de Pedagogia.

A escola é uma instituição social que tem como missão básica conservar os valores da sociedade, na opinião de Merion. É um instrumento poderoso, utilizado para conformar as pessoas aos valores vigentes. De uma certa forma, serve para manter uma ideologia. "Na Rússia de 20 anos atrás, a escola funcionava preparando pessoas para aquele tipo de Estado", explica. No Brasil, acontece a mesma coisa.

Conscientes disso, e descontentes com a adequação da escola brasileira a uma lógica utilitarista, as universidades públicas estão tomando uma série de medidas contra o que está previsto no decreto nº 3.276, de 6 de dezembro de 1999, assinado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, e no parecer 970/99, aprovado pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, no final do ano passado. Ambos tratam da criação do Curso Normal Superior e das Habilitações para Magistério em Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental nos Cursos de Pedagogia. Pela nova lei, as universidades passariam a não ter cursos de Pedagogia, pois a formação de professores se daria "exclusivamente" por outras unidades de ensino superior, nas licenciaturas para as mais diversas áreas.

Os educadores presentes ao 11º Fórum dos Diretores de Faculdades/Centros de Educação das Universidades Públicas Brasileiras, realizado de 28 a 30 de novembro do ano passado em Nova Petrópolis, consideram as medidas extremamente danosas para a Educação. Conforme Carta Aberta remetida ao ministro da Educação, Paulo Renato Souza, estão sendo provocadas distorções ao processo de formação de professores para a educação básica no país. Diz o documento: "O parecer fere frontalmente o dispositivo constitucional estabelecido pelo artigo 207, de 1998, que garante: autonomia didático-pedagógica das universidades".

As novas normas contrariam a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9394/96) que, em seu artigo 53, preconiza: "No exercício de sua Cidadania são asseguradas às universidades (...) criar, organizar e extinguir em sua sede cursos e programas de educação superior previstos nesta lei (...); fixar os currículos de seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes (...) e atribui aos colegiados de ensino e pesquisa decidir sobre a criação, expansão, modificação e extinção dos cursos".

Modelo

O problema, explica Merion, é que o governo federal quer implantar no Brasil um modelo de educação que não condiz com as reais necessidades brasileiras. "Está sendo importada uma fórmula aplicada na França no início da década de 90, mas que não se trata da nossa realidade", afirma. Conforme ela, esta implantação vem sendo feita desde que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) entrou em vigor em dezembro de 1996, quando foram criadas as figuras dos Centros Universitários e Institutos Superiores de Educação para a Educação Básica. "A discussão existe desde então. Houve audiências no Conselho de Educação, que só resultaram no parecer de setembro de 1999, extinguindo a formação de professores para educação infantil e séries iniciais", aponta.

Com a substituição dos cursos de Pedagogia pelo Curso Normal Superior, abre-se um leque de oportunidades para a iniciativa privada, tornando ociosa esta parte do ensino público. Para Merion, serão formados outros profissionais, em instituições sem tradição no ensino fundamental, sem pesquisa em Educação e com a menor carga horária possível para a formação de professores. Ao invés das 3.200 horas (quatro anos), o decreto prevê a possibilidade de formar um professor em até a metade do tempo, ou seja, em dois anos ele estaria apto para dar aulas. Mais do que isso: parte pode ser feita até a distância. "Pelo decreto, as universidades e faculdades tradicionais ficariam ilegais", fala Merion.

Todo este movimento, na avaliação da educadora, corresponde a uma intenção do governo federal de ampliar os espaços para universidades particulares. O campo está aberto, por vários fatores. Um deles: cresce a procura por Ensino Médio no Brasil – pelo menos 11% nos últimos cinco anos. Outro: faltam pelo menos 150 mil professores – em São Paulo, em quatro anos triplicou o número de inscritos em vestibulares para cursos de professores. Além disso, há o decreto presidencial determinando que todos os professores brasileiros precisarão ter curso superior até 2007. No momento, 40% dos educadores brasileiros não têm graduação – são 850 mil que precisam se reciclar –, mais de 80 mil só estudaram até a oitava série e 32 mil sequer terminou o antigo primeiro grau (fonte: revista Veja).

A questão é que as medidas tomadas para reverter esta realidade são, no mínimo, duvidosas, visto que, se tivessem mais estrutura, as próprias universidades poderiam prover o mercado de profissionais em Educação. "Achamos que é preciso aparelhar melhor os que já estão atuando na área", diz, acrescentando que há muitas diferenças nas necessidades de formação. Na região Sul há bem menos professores precisando de reciclagem. Outra questão é que as universidades produzem mais do que profissionais: produzem conhecimento, pesquisa, o que não ocorre nos pequenos centros universitários.

Preocupação com a qualidade do ensino

Merion Bordas também destaca que o que tem diferenciado as faculdades particulares das universidades públicas é o espaço para a pesquisa e a atuação forte da pós-graduação. No entanto, com a educação sob a lógica do mercado, os centros universitários podem enxugar seus quadros para tornar o "negócio" mais rentável. "Falo de algumas novas faculdades que têm apenas um dono e seus sócios. Eles têm muito interesse em ganhar dinheiro com os cursos normais superiores", diz. Para ela, esses cursos poderão muito bem atuar com menos professores titulados.

Uma das medidas que estão sendo tomadas para tentar barrar a intenção do governo é através de um decreto legislativo revogando o decreto presidencial. "É uma das formas", diz Merion, explicando que a medida já foi protocolada e deve ser votada em breve.

Outra frente de atuação é no sentido de pressionar o governo para que suprima do decreto presidencial o parágrafo que trata da exclusividade. "É o que parece que vai acontecer, pois o Ministério da Educação ficou surpreso com a reação das universidades", fala. Com a criação dos cursos normais, também poderiam surgir categorias de professores, pois ninguém garante que as redes municipais de ensino não pegarão professores formados nessas faculdades e pagarão salários mais baixos, conforme Merion.

Gil Cafrune Gosch

Merion: o Ministério da Educação ficou surpreso com a reação das universidades

DOSSIÊ CONHECIMENTO X MERCADO

O seqüestro do saber

As grandes multinacionais estão usando a propriedade intelectual para controlar a ciência, restringir o acesso a seus benefícios e multiplicar lucros. É hora de pensar numa alternativa que substitua o sistema de patentes e transforme o conhecimento num patrimônio comum da humanidade

*Philippe Rivière**

LE MONDE diplomatique ADVERSO

A quem pertence o conhecimento? Quando a propriedade intelectual multiplica o custo de medicamentos vitais e condena à morte milhões de doentes africanos, a pergunta deixa de ser teórica. De sua resposta depende, agora, o futuro da economia mundial e de uma parte da humanidade. A informática, a indústria da vida (agroindústria, biotecnologias, indústria farmacêutica) e as comunicações estão à frente da "revolução informacional". O impulso dessas atividades vem acompanhado de uma exigência cada vez maior de controle sobre suas invenções. Isso porque, para lucrar com essa produção virtual "naturalmente" reproduzível que é o saber, é preciso conter sua difusão, criar uma escassez artificial que permita estabelecer um preço. Esse é o objetivo central do direito da propriedade intelectual. Associada a ele está a preocupação em proteger os direitos "morais" dos autores sobre o futuro de sua obra (propriedade artística e literária), de garantir a proteção do consumidor (direito de marcas) ou de limitar o recurso ao segredo industrial por meio da publicação dos detalhes das invenções (patentes).

No intuito de acompanhar essa mudança, a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) entregaram-se a uma intensa atividade jurídica – seguindo uma tendência em curso nos Estados Unidos – visando "fortalecer" os direitos dos proprietários, a fim de lhes garantir retorno de investimento e, portanto, teoricamente, de estimular o crescimento mundial.

O conceito de bem público mundial

Mas esse discurso contrapõe-se a diversas realidades: por um lado, como destaca o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), "muitos países hoje desenvolvidos, que se arvoram em (...) ardentes defensores de um fortalecimento dos direitos de propriedade intelectual, adotaram regras bastante flexíveis ao instalar sua indústria nacional. O discurso só mudou quando passaram a exportar tecnologia." Ao acumular os direitos de propriedade intelectual do conjunto do conhecimento (dos acervos fotográficos ao genoma humano, dos programas de computador aos medicamentos), os países mais ricos e mais equipados juridicamente (os Estados Unidos empregam um terço dos advogados do planeta) garantem o controle de amplos setores das produções futuras.

Por outro lado, a apropriação do conhecimento por empresas privadas nem sempre é legítima. A pesquisa tecnológica e a produção cultural alimentam-se, antes de mais nada, da partilha dos saberes com o conjunto da sociedade. Ora, a maioria dos mecanismos de promoção e defesa do domínio público do conhecimento não teve continuidade, por falta de um pensamento renovado sobre o que seja o "bem público mundial." [1]

A reflexão atual sobre a propriedade dessa riqueza comum da humanidade que é o conhecimento ainda é incipiente. O jurista americano James Boyle compara-a à reflexão dos anos 50 sobre o meio-ambiente: observadores isolados alarmam-se com certos riscos específicos, sem ainda estar em condições de relacioná-los. [2] É urgente, no entanto, abrir o debate para acabar com o seqüestro do conhecimento pelos interesses particulares.

Traduzido por Rúbia Prates Goldoni

* Da redação do Le Monde Diplomatique.
1 Inge Kaul, Isabelle Grumberg e Marc A. Stern (orgs), Global Public Goods: International Cooperation in the 21st Century, PNUD, Oxford University Press, Nova York e Oxford, 1999.
2 James Boyle, "A Politics of Intellectual Property: Environmentalism for the Net"

A quem pertence o conhecimento?

A maioria das inovações e invenções baseia-se em idéias que são parte do bem comum da humanidade. Por isso é inaceitável limitar o acesso à informação e ao conhecimento para proteger interesses particulares

*Philippe Quéau**

Longe de ser uma mera adaptação técnica à "sociedade da informação", a evolução do direito da propriedade intelectual é uma aposta política. Com efeito, tomando como pretexto a "revolução multimídia", certos lobbies mobilizaram-se para pedir uma revisão do direito da propriedade intelectual, fortalecendo-o em proveito de seus detentores.

Conseguiram um prolongamento da duração de proteção às obras, a criação de novos direitos de propriedade intelectual (como o assim chamado direito sui generis, que protege a atividade, não inventiva, de constituição de bases de dados a partir de elementos pré-existentes), a limitação das exceções legais (como o uso legal das obras protegidas, chamado fair use), o questionamento de direitos adquiridos (caso das bibliotecas públicas) e até a possibilidade de patentear programas de computador.

Em 1985, todos os dados do programa público americano de observação da Terra por satélite Landsat foram concedidos à EOPSat, uma associada da General Motors e da General Electric. Resultado: o acesso aos dados ficou vinte vezes mais caro. As instituições universitárias não podiam mais conseguir essas informações custosas que, no entanto, foram obtidas graças a um financiamento inteiramente público. Sua exploração favoreceu sobretudo as grandes companhias petrolíferas, que assim receberam um subsídio direto.

Por trás desta mudança, delineia-se um remodelamento da correlação de forças entre Estados – os puramente exportadores e os importadores de produções intelectuais – e entre grupos sociais com interesses contrários (acionistas de empresas, professores, educadores, pesquisadores, usuários). Impõe-se, portanto, uma reflexão sobre a noção de "interesse geral", para evitar que os grupos dominantes façam pender para seu lado a balança do direito da propriedade intelectual.

A maioria das inovações e invenções baseia-se em idéias que fazem parte do bem comum da humanidade. É, portanto, uma aberração limitar o acesso à informação e ao conhecimento que constituem esse bem comum, por força de um direito excessivamente preocupado em proteger interesses particulares.

Ofensiva restritiva, a pretexto da "revolução multimídia"

Garantir a proteção de um "domínio público" mundial da informação e do conhecimento é um aspecto importante da defesa do interesse geral. Além disso, o mercado se aproveita dos "bens públicos mundiais" atualmente disponíveis, como o conhecimento pertencente ao domínio público ou as informações e pesquisas financiadas por verbas públicas, mas não contribui diretamente para sua promoção e defesa. As organizações internacionais, em contrapartida, teriam tudo para fazê-lo.

A "revolução multimídia" serviu de detonador e de pretexto para iniciar um ciclo de revisão do direito de propriedade intelectual que começou em 1976, com a revisão da lei do direito autoral (Copyright Act) nos Estados Unidos.

As diretrizes européias sobre as bases de dados, [1] ou sobre a proteção a programas de computador, [2] os dois tratados da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) assinados em 1996 – Tratado sobre Interpretações, Execuções e Fonogramas e Tratado sobre o Direito Autoral – , o Digital Millennium Copyright Act (Lei do Direito Autoral para o Milênio Digital) ou o Sonny Bonno Copyright Term Extension Act (Prolongamento da Duração do Direito Autoral) assinados em outubro de 1998, nos Estados Unidos, o TRIPS[3] etc., são prova de uma forte voracidade jurídica. Note-se particularmente que, se ingressar na OMC, a China será forçada a aceitar os termos desse acordo.

Antes do TRIPS, países como a China, o Egito ou a Índia concediam e reconheciam patentes de procedimentos farmacêuticos, mas não de produtos finais. Isto permitiu a fabricação local de medicamentos genéricos com uma considerável redução de custos. Como salientava o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de 1999, o preço dos medicamentos pode ser até 13 vezes mais alto no Paquistão, que aceita as patentes sobre os produtos, do que na Índia.

É exemplar o caso da África do Sul, que está prestes a autorizar a fabricação de medicamentos contra a AIDS pela indústria farmacêutica local, embora companhias americanas ou européias detenham as patentes (ler o artigo de Martine Bulard, na edição de março). Num mundo em que a ciência permanece como uma prerrogativa dos países ricos, enquanto os pobres continuam morrendo, ninguém duvida de que os refinamentos da propriedade intelectual pareçam menos convincentes do que a realidade social. As empresas transnacionais e as instituições dos países ricos patenteiam tudo o que podem, do genoma humano às plantas tropicais, exercendo um verdadeiro seqüestro sobre o bem comum da humanidade.

Consenso euro-americano

É preciso refletir coletivamente sobre a defesa e o financiamento dos "bens públicos mundiais" sem os quais a humanidade se verá reduzida a uma miríade de interesses corporativos. No momento em que os operadores privados tentam ampliar seu domínio de apropriação da informação, é urgente reavivar, fortalecer e proteger a noção de "domínio público" contra a voracidade dos interesses particulares.

Consideremos, por exemplo, a propriedade dos dados brutos e dos fatos. Por toda a parte o Estado se "desobriga" e entrega a gestão de várias bases de dados públicos a terceiros, que assumem , dessa forma, os direitos de exploração desses dados. Foi assim que a Securities and Exchange Comission (SEC), "guarda-costas da Bolsa" americana, viu-se forçada a recomprar seus próprios dados de uma empresa comercial, que agora é "proprietária" deles.

A publicação das leis privatizada

O Ministério da Justiça norte-americano cedera os direitos de publicação das leis federais à West Publishing. Uma versão comercial desta publicação possuía uma numeração de páginas que fora utilizada para índices de referência em processos posteriores: a West Publishing pôde então reivindicar um "direito de propriedade intelectual" da íntegra da base de dados das leis federais, com base nesse pretenso "valor agregado". Durante a 104ª sessão do Congresso americano, a West Publishing chegou inclusive a tentar inserir uma cláusula especial no Paperwork Reduction Act, assinado em maio de 1995, que lhe teria permitido garantir seu monopólio de fato sobre a publicação das leis federais. Esta manobra só foi impedida graças ao envio maciço de cartas de protesto de uma associação de contribuintes.

Na França, a ORT explora no sistema de rede Minitel e na Internet as bases de dados dos registros de comércio – balanços de empresas, lançamentos contábeis – no âmbito de uma missão de serviço público concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). Esta concessão exclusiva rende à empresa um volume de negócios de cerca de quase 50 milhões de dólares por ano e um lucro aproximado de 1,2 milhões de dólares. O Estado, que lhe fornece os dados, é um de seus maiores clientes. Em 9 de dezembro de 1999, o grupo Reuters confirmou a compra da ORT.

As informações contidas nas bases de dados públicas não pertencem, de pleno direito, ao domínio público? Se o Estado detém o monopólio da coleta dessas informações, ele não pode abrir mão delas sem prejuízo do cidadão. Além disso, esse tipo de transferência da propriedade pode afetar o direito à informação, condicionando o acesso aos dados públicos a um pagamento e a uma autorização privados e arbitrários.

Tal mudança é fruto de um consenso entre os Estados Unidos e a Europa, camuflado pelo debate recorrente, porém necessário, sobre a "exceção cultural". A comissária européia para a Educação e Cultura, Viviane Reding, relatava assim seu encontro com M. Jack Valenti, presidente da Motion Picture Association of America, que representa os interesses de Hollywood: "Os americanos (...) consideram nossa inquietação quanto à 'diversidade cultural' completamente ultrapassada. A preocupação deles é com a pirataria, com a proteção ao direito autoral nas novas mídias. Disseram que não atacariam nossas cotas e subvenções, mas querem que pensemos como podemos enfrentar juntos estes novos desafios. Se subsidiarmos a produção e a difusão, mas depois as obras forem roubadas graças às novas tecnologias, será o nosso sistema inteiro que terá caducado. Em vez de lutarmos contra os americanos, devemos tentar preservar juntos nossa diversidade cultural." [4]

As patentes contra o Sul

Mas quem são os "piratas", esses "ladrões"? A resposta pode ser encontrada numa recente nota da Comissão Européia sobre os Aspectos do Direito de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (ADPICs): "Deve-se esperar", lemos nela, "certa resistência por parte de alguns países em desenvolvimento, membros da Organização Mundial do Comércio. Eles consideram que a proteção dada pela Convenção Internacional para a Proteção das Novas Variedades Vegetais [5] beneficia demais seus proprietários e não leva em conta as necessidades dos agricultores tradicionais."

A mesma nota termina lembrando um "problema estratégico": "Os países em desenvolvimento vão resistir ao início das negociações substanciais sobre a proteção à propriedade intelectual. Poderão até lançar um debate sobre a relação entre os ADPICs e outros aspectos como a concorrência, o meio-ambiente, bem como seu impacto sobre a saúde e o bem-estar. Deve-se resistir a esse intento, a fim de preservar os interesses de todas as partes." [6]

Qual é a finalidade da proteção à propriedade intelectual? Trata-se, por acaso, conforme o expresso no princípio em que ela se funda, de proteger o interesse geral, garantindo a difusão universal do conhecimento e das invenções em troca de um monopólio da exploração concedido aos autores por um período de tempo limitado? A extensão do monopólio sobre a exploração das obras, até 95 anos depois da morte do autor – como no caso americano, depois do Sonny Bono Copyright Act –, não é essencialmente favorável à criação. Tende mais a incentivar os editores a viverem de seu catálogo de autores consagrados, que a estimular a busca de novos talentos.

O ser humano, animal mimético

O que está em jogo é o estímulo à criação, seu resgate, e não apenas a proteção dos detentores dos direitos. Se a sociedade concede certa proteção ao inventor, isto se dá em troca de contrapartidas, concebidas segundo "os altos interesses da humanidade": fazer com que a invenção por fim caia no domínio público, que seja descrita com precisão e publicada, para que todos possam dela se apropriar. É mais vantajoso para a humanidade fazer circular livremente as idéias e o conhecimento que restringir essa circulação. Aristóteles afirma que o homem é o animal mimético por excelência. O Iluminismo retomou esta idéia, assim como o filósofo francês Etienne Bonnot de Condillac (1715-1780): "Os homens terminam sendo tão diferentes porque começaram sendo copistas e continuam a sê-lo."

Além disso, uma proteção demasiadamente forte da propriedade intelectual abala a "livre concorrência", viga mestra do funcionamento do mercado. O decreto de Allarde e Le Chapelier, expedido no ano revolucionário de 1791, expressa o princípio da liberdade de comércio e de indústria e, portanto, o direito de concorrência. Implica, por definição, na possibilidade de oferecer ao mercado o mesmo produto que outro e, por conseguinte, a liberdade de copiar.

Existem aí duas tendências contraditórias: a vontade de desregulação e de "concorrência leal", por um lado, e a escalada potencial dos oligopólios e monopólios, por outro.

Por último, direitos fundamentais como o acesso à informação e a liberdade de expressão devem ser levados em conta quando se estende a propriedade intelectual à informação. Nos Estados Unidos, a noção de acesso público à informação remonta aos patriarcas e em particular a Thomas Jefferson, idealizador do conceito de "biblioteca pública" e da doutrina do fair use, que permite o uso didático e as citações com fins universitários de textos protegidos. [7]

Por uma "justiça social mundial"

Embora alguns teóricos liberais, como Friedrich Hayek, considerem a "justiça social" como um "tolo encantamento", uma "superstição quase religiosa", [8] é fundamental compreender que os próprios fundamentos de um direito tão importante como o da propriedade intelectual na sociedade mundial da informação não podem ser analisados sem uma reflexão sobre o que poderíamos denominar "justiça social mundial".

No final de 1997, a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) decidia reduzir em cerca de 15% as taxas impostas às empresas desejosas de depositar patentes industriais. O motivo? O número crescente dos pedidos de depósito, que passaram, em apenas 10 anos, de alguns milhares por ano a mais de 50 mil em 1997. Em função disso, a organização atingiu superávits consideráveis sem saber o que fazer com eles. O fato de uma organização internacional ganhar muito dinheiro é, hoje em dia, raríssimo. E o que não faltam são idéias para destinar ao interesse geral tais fundos, vindos continuamente de uma das fontes financeiras mais vastas que existem.

As patentes industriais e, de forma mais geral, todas as produções intelectuais protegidas pelas leis da propriedade intelectual utilizam, em grande parte, um fundo comum de informação, saberes e conhecimentos que pertencem, como um todo, à humanidade inteira. Seria justo, portanto, do ponto de vista do "bem comum mundial", utilizar os rendimentos obtidos pela OMPI graças ao depósito das patentes para por exemplo, estimular a criação de uma biblioteca pública virtual mundial, constituída somente de textos pertencentes ao domínio público e, portanto, acessíveis a todos gratuitamente.

Isto seria ainda mais justo porque em organizações internacionais como a OMPI é o poder público, combinado dos países membros que é posto a serviço da defesa dos interesses privados dos depositantes. Quem arca inteiramente com os custos da infraestrutura jurídica e policial que permite o fortalecimento efetivo da propriedade intelectual são, de fato, os fundos públicos.

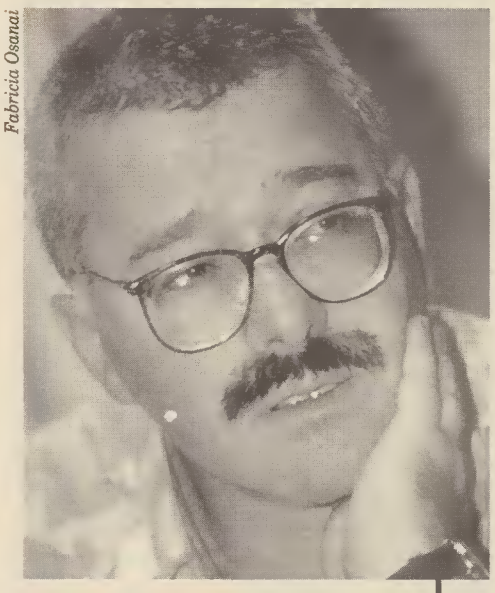
Uma parte dos fundos arrecadados junto aos titulares de patentes também poderia servir para financiar pesquisas negligenciadas por sua falta de interesse para o "mercado", como sugere um recente relatório do PNUD. [9] Estas somas poderiam ser alocadas nas agências das Nações Unidas notoriamente sub-financiadas, que desempenhariam então muito melhor o papel que delas se espera, de reguladoras da pesquisa em nível planetário – papel este que o mercado por si mesmo é absolutamente incapaz de desempenhar.

Traduzido por Rúbia Prates Goldoni

* Diretor da Divisão de Informação e Informática da Unesco.
1 Diretriz 96/9/CE do Parlamento e do Conselho, de 11/03/1996.
2 Diretriz 91/250 do Conselho, de 14/05 /1991.
3 Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio, objeto do anexo 1C do acordo que instituiu a Organização Mundial do Comércio (TRIPS em inglês).
4 Libération, 29/10/1999.
5 Convenção Internacional para a Proteção das Novas Variedades Vegetais, ratificada em março de 1991, vigente a partir de abril de 1998. Ver http://www.upov.int/eng/convntns/1991/content.htm.
6 Nota de 24/02/1999, DG 1, Comissão Européia.
7 "Offensive insidieuse contre le droit du public à l'information", Le Monde Diplomatique, fev. 1997.
8 Friedrich A. Hayek, Droit,législation, et liberté, tomo 2, Le mirage de la justice social, PUF, Paris,1982.
9 Inge Kaul, Isabelle Grunberg, Marc A. Stern (ed.), Global public Good: International Cooperation in the 21st Century. PNUD-Oxford University Press, Nova York e Oxford, 1999.

OPINIÃO

Eleição de reitores



Fabrícia Osanai

Schmidt: defenderemos os interesses dos docentes e da universidade

Qual deve ser a posição das entidades sindicais em relação as normas do MEC sobre a eleição de reitores?

Mais do que ficar discutindo filigranas jurídicas que permitam algum avanço democrático em relação ao entulho autoritário e de anti-autonomia do Ministério, mais do que tentar ser mais espertos que os "especialistas em maldades", temos que criar condições para que a comunidade universitária se manifeste livremente. Neste sentido propomos o seguinte:

1º - Que cada entidade da comunidade universitária realize uma consulta (que pode ser simultânea) em seu respectivo segmento sobre qual dos possíveis candidatos deseja ter como reitor no próximo mandato;

2º - Esta consulta, pelo menos em que concerne aos professores, deve vir acompanhada de outra que estabeleça sua preferência em termos do peso (proporção) que cada segmento deveria ter na escolha do reitor;

3º - As entidades devem enviar os resultados para o Conselho Universitário acompanhado de um forte apelo para que este acate a vontade da comunidade universitária.

Se o governo nos impõe uma lei que regula a indicação para reitor antidemocrática e inconstitucional, não podemos compactuar com a mesma.

Não consideraremos legítimo um reitor que não tenha sido produto da vontade da comunidade universitária e se este for o caso, a interlocução que o sindicato terá com o interventor nomeado pelo Presidente da República será do mesmo tipo que tínhamos com os prepostos da ditadura, isto é, defenderemos os interesses dos docentes e da universidade.

Acreditamos que, procedendo assim, os sindicatos estarão cumprindo a sua missão de lutar pela democracia na universidade e resistindo as investidas do governo no sentido de tornar letra morta o artigo 207 da Constituição que garante a autonomia da universidade.

Neste sentido, a diretoria da Adufrgs convocará uma Assembléia Geral para deliberar sobre o assunto e qualquer contribuição para o debate desta questão será amplamente divulgada.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

ADUFRGS - ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS **CNPJ-MF Nº 90.757.204/0001-64**

BALANCETES - VALORES MENSAIS - 2000

RUBRICAS / MESES	JAN
ATIVO	1.277.320,64
FINANCEIRO	1.052.913,50
DISPONÍVEL	882.390,95
CAIXA	2.916,86
BANCOS	27.077,15
APLICAÇÕES C/LIQUIDEZ IMEDIATA	852.396,94
REALIZÁVEL	170.522,55
CRÉDITOS A REALIZAR	**170.522,55**
DEVEDORES	18.222,35
CRÉDITOS A RECUPERAR	148.634,03
ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS	2.964,82
PRÊMIOS DE SEGURO A VENCER	701,35
ATIVO PERMANENTE	224.407,14
IMOBILIZADO	221.841,50
BENS MÓVEIS	67.452,00
BENS IMÓVEIS	197.187,83
(-)DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	42.798,33
DIFERIDO	2.565,64
SISTEMAS PROCESSAMENTO DADOS	2.798,88
(-)AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	233,24

PASSIVO	1.258.318,63
PASSIVO FINANCEIRO	210.575,21
OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS	201.405,97
OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS	3.150,86
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	
OBRIGAÇÕES DIVERSAS	
CREDORES DIVERSOS	198.255,11
OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS	9.169,24
PROVISÕES P/ENCARGOS C/PESSOAL	9.169,24
SALDO PATRIMONIAL	1.047.743,42
ATIVO LÍQUIDO REAL	608.950,40
RESERVAS	
SUPERAVIT ACUMULADO	438.793,02

ADUFRGS – ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS	FOLHA 2
RUBRICAS / MESES	JAN
RECEITAS	78.785,97
RECEITAS CORRENTES	65.043,82
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	65.043,82
PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES COLETIVAS	
RECEITA C/VENDA DE MATERIAIS	
RECEITAS PATRIMONIAIS	12.141,29
RECEITAS FINANCEIRAS	11.541,29
RECEITAS PATRIMONIAIS DIVERSAS	600,00
OUTRAS RECEITAS	1.600,86
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	1.350,86
OUTRAS RECEITAS	250,00
DESPESAS	59.783,96
DESPESAS CORRENTES	59.783,96
DESPESAS COM CUSTEIO	20.608,42
DESPESAS COM PESSOAL	8.112,47
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	6.077,07
DESPESAS DE EXPEDIENTE	3.477,12
DESPESAS C/IMPOSTOS/TAXAS/ÔNUS DIVERSOS	1.438,94
DESPESAS LEGAIS	61,60
DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	244,30
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	1.163,92
DESPESAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO	29,00
ENCARGOS FINANCEIROS	4,00
DESPESAS DIVERSAS DE CUSTEIO	
DESPESAS COM ATIVIDADES ASSOCIATIVAS	21.784,54
DESPESAS COM PESSOAL	396,00
DESPESAS COM VEICULAÇÃO	9.496,00
DESPESAS COM VIAGENS	7.570,40
DESPESAS COM ATIVIDADES SOCIO-CULTURAIS	90,00
DESPESAS C/ATIVID. POLÍTICO-ASSOCIATIVA	3.311,40
DESPESAS COM PUBLICAÇÕES	896,74
DESPESAS DIVERSAS ASSOCIATIVAS	20,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	17.391,00
CONTRIBUIÇÕES PARA A ANDES	14.164,00
CONTRIBUIÇÕES PARA A CUT	3.227,00
RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS	19.002,01
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	19.002,01

ENSINO SUPERIOR

Governo considera projeto um novo modelo de desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil

Fundos setoriais preocupam Andifes

A comissão de orçamento da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) está analisando a proposta do governo federal de criação dos fundos e programas setoriais de apoio ao desenvolvimento tecnológico. O projeto está sendo considerado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso como um "novo modelo de financiamento do desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil". A idéia é criar fundos e programas setoriais de apoio ao desenvolvimento tecnológico para aperfeiçoar a formação e a produção no setor, gerando um fluxo permanente e estável de recursos na ordem de R$ 1 bilhão ao ano, o dobro do que está sendo destinado hoje à ciência e à tecnologia.

O secretário executivo da Andifes, Gustavo Balduíno, alerta: qualquer aporte financeiro às universidades é bem-vindo, mas não se sabe ainda com detalhes como isso se dará na prática. "Ainda não está claro se os recursos virão como acréscimo ou como substituição ao que existe hoje", aponta. Atualmente as universidades têm um orçamento total de R$ 450 milhões, que é suficiente apenas para o custeio de suas atividades. "Não há como fazer investimentos", fala.

Produção acadêmica

Em 1987, o Brasil somava cerca de 40 mil estudantes nos cursos de mestrado e doutorado e uma produção científica que resultou em 14 mil títulos, artigos e livros publicados. Nove anos depois, em 1996, estes números cresceram: 67 mil estudantes e uma produção científica de 68 mil títulos publicados, sendo 18,6 mil fora do país.

Pela proposta, as universidades públicas federais ficam com uma parcela de 20% dos fundos. Este valor (R$ 200 milhões ao ano) constituiria uma carteira especial junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), "destinada exclusivamente à ampliação e recuperação da infra-estrutura laboratorial das instituições públicas de ensino superior e pesquisa". Do total, 30% serão obrigatoriamente aplicados em pesquisa nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Outros R$ 240 milhões viriam do Programa Universidade – Empresa para Inovação Tecnológica – batizado pelo governo de Fundo Verde-Amarelo. Este seria criado com recursos de percentuais incidentes sobre os royalties enviados ao exterior.

Recursos privados

Os fundos setoriais serão providos por recursos originários apenas de contribuições colhidas junto a atividades econômicas privadas. Sua aplicação não acarreta qualquer nova despesa ao Tesouro Nacional, não comprometendo, portanto, as metas do ajuste fiscal sustentadas pelo governo. Os fundos serão geridos por comitês coordenados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, em associação com os ministérios relacionados à atividade produtiva que deu origem ao fundo, além de representantes da comunidade científica e do setor privado.

Na avaliação do ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, essa iniciativa corresponde a "uma verdadeira revolução para o setor, um grande salto na mobilização da cadeia de produção do conhecimento e da inovação tecnológica no país". Sardenberg acredita que os fundos proporcionarão, ao menos, quatro resultados práticos: financiamento para pesquisa científica e desenvolvimento de novas tecnologias; capacitação de recursos humanos; geração de novos empregos; e recuperação de infra-estrutura (instalações e equipamentos) das universidades e centros de pesquisa.

O projeto do governo prevê a criação dos seguintes fundos setoriais: Recursos Hídricos, Energia, Recursos Minerais, Transportes, além do Programa de Estímulo à Interação Universidade/Empresa para o Apoio à Inovação e ao Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Setor Espacial. O presidente determinou, ainda, que sejam formuladas propostas para a criação dos fundos da Aeronáutica, da Saúde e dos Agronegócios.

A implementação desses fundos seguirá o modelo adotado no CT-Petro, que já está em operação desde o ano passado, e que tem como fonte de recursos parcela dos royalties da produção de petróleo e gás. O objetivo do governo federal, com a adoção dos fundos, é reverter o quadro de estagnação de investimentos que começou a se delinear a partir do final de 1997, com o ajuste fiscal.

PRIVATIZAÇÕES

Embraer nas mãos do Estado francês

Uma das empresas-chave para os interesses estratégicos do País, a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), está caindo nas mãos do poderoso Estado francês. A ex-estatal teve recentemente 20% de seu capital vendido para grupos da França – empresas estatais e semi-estatais de defesa e aeroespacial – entre eles o Dassault-Aeroespaciale, responsável pela fabricação de aviões militares. De troco, os europeus ganharam cadeiras no Conselho Administrativo da empresa, que decide sobre os principais investimentos e linhas de trabalho nesta que é hoje uma das maiores produtoras de jatos regionais do mundo. A Embraer tem encomendas que remontam a bilhões de dólares em vendas para grandes empresas aéreas do planeta e é atualmente a maior exportadora do Brasil.

Desde o final do ano passado, no entanto, começaram a surgir suspeitas de irregularidades por trás desta transação de ações. Os deputados petistas José Genoíno, Milton Temer, Walter Pinheiro e Ângela Guadagnin têm trazido à tona uma série de denúncias contra o comando da Aeronáutica e o grupo de empresas formado pelo banco Bozano Simonsen, a Previ (fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil) e o Sistel (fundo de pensão da antiga Telebrás), que comprou a Embraer. Capitaneados pelo Bozano Simonsen (banco que foi vendido ao grupo espanhol Santander), os sócios majoritários repassaram 20% das ações ordinárias para as empresas francesas Dassault Aviation, Aérospatiale Matra, Thomson-CSF e Snecma.

Para os deputados, "o caso das ações da Embraer está envolvido em um nebuloso suceder de fatos que vão da queda do ex-ministro da Defesa, Élcio Álvarez, e do ex-comandante da Aeronáutica, Walter Brauer, até a ascensão do atual ministro da Defesa, Geraldo Quintão". Datado de 4 de abril, um requerimento dos parlamentares para realização de uma audiência pública traz novas denúncias em relação ao caso, feitas pelo jornal O Estado de S. Paulo e publicadas no dia 31 de março. Elas teriam sido feitas pelo ex-representante do Brasil no Conselho da Administração da Embraer, o brigadeiro Aluízio Weber.

O brigadeiro teria dado importantes depoimentos sobre a tentativa de compra de seu voto no conselho em favor da venda da empresa aos grupos franceses, em troca de uma promoção funcional. O responsável pela tentativa de aliciamento teria sido o atual comandante da Aeronáutica, brigadeiro Carlos Almeida Baptista. O brigadeiro Weber também teria feito referência à promoção do ex-advogado geral da União, Geraldo Quintão, ao cargo de ministro da Defesa, dois dias após a apresentação de seu parecer dando sinal verde para a venda da Embraer aos franceses.

Transação

Em outro documento, a representação nº 0005/2000, os deputados destacam pontos da matéria feita pelo Estadão: o brigadeiro Aluízio Weber "recebeu orientação do Comando da Aeronáutica e do Ministério da Defesa para endossar a negociação e não contrariar o parecer da Advocacia-Geral da União (AGU), que definiu como legal a transação entre a ex-estatal e o grupo de empresas estrangeiras".

Também conforme a matéria, o brigadeiro Weber recebeu ordens para dar uma procuração para que fossem realizadas novas vendas de ações da Embraer nos Estados Unidos, o que deve acontecer dentro de alguns meses. As revelações teriam sido feitas na mensagem de transmissão de cargo, ocorrida dia 22. Ainda segundo a matéria, o próprio comandante da Aeronáutica, brigadeiro Carlos de Almeida Baptista, teria telefonado durante a reunião do conselho da Embraer "oferecendo uma promoção e a passagem à reserva, embora pedindo que permanecesse mais um ano à frente do CTA".

Mario Guerreiro

Mais adiante, diz a reportagem: "Aquela venda de participação acionária da Embraer significaria, na prática, a entrada do poderoso Estado francês (...) na administração da nossa única e estratégica indústria aeronáutica".

Ao final do documento, os deputados afirmam: "Aventa-se, inclusive, a existência de 'suborno', onde o comandante da Aeronáutica propunha 'benesses' ao representante brasileiro no Conselho de Administração da ex-estatal, para que ele não se posicionasse contrariamente ou interferisse no processo de vendas das ações". Conta Weber: desde agosto do ano passado, "no primeiro momento em que a confidencial transição do banco Bozano Simonsen foi descoberta, eu vinha ferrenhamente lutando em todos os níveis pela não-aprovação governamental até junto ao presidente da República".

Primeiras denúncias

Ainda em 11 de janeiro de 2000, os deputados redigiram uma representação ao Ministério Público, relatando suspeitas de irregularidades e pedindo a anulação de operações "ilegais e lesivas aos interesses nacionais" na Embraer. Na época em que a empresa foi privatizada, ficou acertado que o Ministério da Aeronáutica e funcionários da empresa participariam do conselho de administração, com direito a voto frente às operações que não atendessem os interesses nacionais. Ainda ficou acertado que o controle acionário da empresa não poderia ser transferido para grupos estrangeiros, permanecendo sob a tutela dos controladores nacionais.

Os deputados consideram, no entanto, que esses contratos vêm sendo reiteradamente descumpridos, "principalmente pelas ações levadas a termo pelo Banco Bozano Simonsen e os grupos privados e estatais franceses que detêm participação acionária na empresa". Em outubro de 1999, o grupo anunciou o acordo para vender 20% das ações. Quando foi feita a privatização, ficou acertado que o Ministério da Aeronáutica ficaria com a maior das ações da empresa. O restante seria dividido entre as empresas participantes do grupo. "Somadas, no entanto, essas participações perfazem 51% da Embraer", afirma o documento.

Outra denúncia é de que, para vender ações ao grupo francês, os controladores da empresa assinaram termos aditivos que reduzem a presença da União e dos empregados no conselho diretor da empresa, dando mais poder de voto aos sócios controladores, o que possibilita o controle acionário da empresa pelos franceses. De acordo com esses aditivos firmados, o conselho passa a contar com dois representantes das empresas francesas, passando a 13 integrantes. A composição reduz a participação da União, que tem duas das 13 cadeiras do conselho.

Dessa maneira, União e trabalhadores perdem parte do poder de interferir nas decisões, e de fazer a defesa dos interesses nacionais frente os grupos franceses. "A questão envolve desde a defesa nacional até a possibilidade de a Aeronáutica ser obrigada, no futuro, a adquirir somente aeronaves francesas. Observe-se que neste ano está previsto um reaparelhamento da Força orçado em US$ 2,2 bilhões", alertam. Outro ponto ressaltado pelos deputados é que a Força Aérea Brasileira tem 70% de suas aeronaves supridas com peças de reposição, equipamentos e manutenção de responsabilidade da ex-estatal. "A presença da Dassault-Aérospatiale na Embraer significa a virtual e definitiva dependência do Brasil à França no tocante à aviação".

Félix H. D. González - Depto. de Clínica Veterinária / Ufrgs

EUA consolida intervenção militar na Colômbia

No último dia 30 de março foi aprovada pelo Congresso dos Estados Unidos uma ajuda de 1,7 bilhão de dólares para Colômbia, tornando este país no 3º maior receptor de ajuda norte-americana, depois de Israel e Egito. A ajuda é destinada teoricamente para que as forças armadas colombianas tenham maiores recursos para combater o narcotráfico, mas o efeito imediato deverá ser o aumento no nível de violência dos conflitos armados protagonizados por guerrilheiros, paramilitares e forças armadas, com sérias conseqüências para a população civil. O jornal Washington Post já revelou que os Estados Unidos participam desde 1997 de tarefas de treinamento e inteligência em operações bélicas contra os guerrilheiros do Exército de Libertação Nacional (ELN) e das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). O Washington Post menciona que existem pelo menos 200 militares americanos na Colômbia, a maioria participando de forma direta na repressão contra os movimentos guerrilheiros. Para o governo norte-americano, o conflito colombiano atingiu nível hemisférico, atribuindo o crescimento e a manutenção dos grupos guerrilheiros ao controle que estes teriam sobre campos de cultura de coca, laboratórios de processamento e meios de comercialização da cocaína e da heroína.

O comando sul do exército americano (SouthCom) e seu comandante general Charles Wilhelm são os encarregados da estratégia militar na Colômbia, chegando a rejeitar o plano estratégico de ataque à guerrilha apresentado pelo comandante da força aérea colombiana e refazendo tudo à maneira que o SouthCom efetuou na América Central contra a guerrilha salvadorenha, principalmente.

Junto com o comandante do SouthCom, atua o general Barry McCaffrey, chefe do Escritório de Política de Controle de Drogas no sentido de construir a logística militar de intervenção com Wilhelm e seu grupo e manejar o discurso de justificação da intervenção. A proclama de McCaffrey expressa publicamente que na Colômbia "são 240 mil policiais e militares colombianos e 37 milhões de pessoas enfrentados aos ataques selvagens de 25 mil inimigos internos financiados por milhões de dólares das drogas" e que "as guerrilhas são uma ameaça para os cidadãos panamenhos, bem como para as populações da fronteira com Venezuela, Equador e Brasil".

Reprodução

O dinheiro da ajuda norte-americana servirá para a compra de helicópteros, aviões de intercepção e equipamento de radar. A queda de um avião militar norte-americano de espionagem no sul da Colômbia no ano passado revelou a dimensão real da intervenção. O próprio braço de investigações do Congresso norte-americano (Government Accounting Office) revela as ações da inteligência militar dos Estados Unidos sobre as atividades guerrilheiras, realizadas, segundo o jornal colombiano El Espectador, por mais de 250 técnicos norte-americanos que trabalham em território colombiano. Equipamentos eletrônicos e infravermelhos de alta tecnologia em aviões RC-7, iguais aos utilizados em Kosovo, detectam imagens dos guerrilheiros e interceptam as suas comunicações por rádio e por internet.

A pressa da intervenção norte-americana na Colômbia é entendida por três razões básicas: a retirada militar dos Estados Unidos da zona do canal de Panamá, a política de soberania nacional do governo venezuelano de Hugo Chávez e o a avanço das lutas populares na Colômbia. O comandante do SouthCom já manifestou que o Panamá não tem capacidade militar para enfrentar à guerrilha colombiana e o governo de Clinton reserva-se o direito de "intervir unilateralmente caso veja em perigo a segurança do canal".

Em outros países vizinhos da Colômbia está preparando-se o apoio logístico para a intervenção sobre a Colômbia. O governo equatoriano empresta as facilidades na base aérea de Manta, o governo de Holanda garante a presença e cooperação dos Estados Unidos nas Antilhas holandesas (Aruba e Curaçao) e o Peru, com Fujimori, não tem problemas de participar num cerco militar a Colômbia, já colocando à disposição dos Estados Unidos a construção de uma base militar em Iquitos, na fronteira com a Colômbia. Fujimori inclusive criticou o presidente colombiano Pastrana dizendo que é um grande equívoco negociar com a guerrilha e já considerou o movimento insurgente colombiano como uma ameaça para a região.

Diferentemente desses países, a Venezuela de Chávez não autoriza bases militares estrangeiras e nega a permissão de vôos no espaço aéreo venezuelano de aviões americanos que partem de Aruba e Curaçao.

Os fatos evidenciam que a intervenção militar dos Estados Unidos na Colômbia é comparável ao nível de intervenção que aconteceu contra a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) em El Salvador em 1983, contra o governo sandinista em 1984 e no Vietnã em 1963. Assistiremos de cadeira a essa nova empresa destinada a impor, mais uma vez, a "paz americana" na América Latina?

República da Colômbia

A Colômbia ocupa o noroeste da Améria do Sul. É o único país do continente a ter duas costas marítimas: Atlântico e Pacífico.

Capital	Bogotá (6.600.000)
Clima	Tropical no litoral e frio nas montanhas
População	38.100.000 (janeiro de 1998)
Distribuição	70% urbana e 30% rural
Etnias	58% mestiço, 20% branco, 14% mulato, 4% negro, 3% índio-branco e 1% índios
Expectativa de vida	73 anos. Homem: 70 anos, mulher: 76
Religião	95% católico
Língua	Espanhol
Cidades principais	Medellin, Cali, Barranquilla, Cartagena, Bucaramanga

Ivan Izquierdo - Depto. de Bioquímica do ICBS / Ufrgs

Felipe e a Lua

Mario Guerreiro

Meu neto Felipe, quando era muito pequeno, gostava da lua cheia. Um dia, olhando para ela, disse:

– Lua, lua, vem cá, vem brincar com Lipe.

Nesse dia, a lua não veio.

Felipe gostava, e gosta, de futebol. Sonha em ser um craque e, talvez, venha a sê-lo.

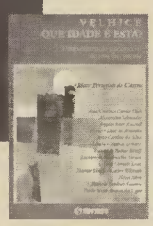
Quando tinha três ou quatro anos, Felipe rara vez aparecia em nossa casa sem trazer uma bola. Sempre queria jogar, bater bola comigo, quer no terraço, quer no play-ground, onde fosse. Quando era menor, muitas vezes se sentia terrivelmente frustrado porque suas perninhas de criança não tinham ainda nem toda a habilidade nem toda a potência que sua cabeça achava que deviam ter.

Às vezes, Felipe ficava para dormir, no quarto lá em cima. Deitados, os dois, conversávamos e olhávamos desenhos na televisão. Uma noite de lua cheia, a certa hora, perto da meia-noite, acordei com a claridade que entrava pelas janelas, que era maior do que outras vezes. Me virei para o lado do Felipe, para lhe mostrar esse fenômeno, mas Felipe não estava. Fiquei um pouco preocupado, porque não o tinha ouvido se levantar. Saí ao terraço. Incrivelmente, a noite estava de repente escura, o clarão tinha desaparecido.

No outro lado do terraço, Felipe, sorrindo, fazia embaixadas com uma bola muito branca, muito luminosa. Fazia coisas que nunca tinha lhe visto fazer; amansava a bola no peito, a deixava rolar até o pé, a levantava para que caísse atrás de si, batia nela com o calcanhar, a fazia cair sobre a cabeça; enfim, fazia maravilhas com a bola que nunca antes ou depois vi ninguém fazer.

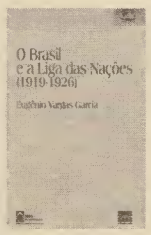
Não sei a que hora fomos nos deitar de novo. Quando Felipe finalmente dormiu, abraçado a mim, eu olhei para fora da janela, para ver outra vez a magnífica claridade com que, nessa noite especial, a lua nos presenteou. A lua estava alta agora, e o terraço parecia mais luminoso do que nunca.

ORELHA



Velhice
Que idade é esta?
Odair Perugini de Castro (org.)
Uma construção psicossocial do envelhecimento. Discute a longevidade e trata da subjetividade e ressignificação da velhice.
Editora Síntese. 198p.

Educação musical em países de línguas neolatinas
Liane Hentschke
A obra objetiva dar continuidade à aproximação e ao intercâmbio entre os países de línguas neolatinas e oferecer um quadro atualizado do ensino de música.
Editora da Universidade. 163p. R$15,00



O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926)
Eugênio Vargas Garcia
O autor analisa a participação do Brasil na Liga das Nações desde a sua criação na Conferência de Paris, em 1919, até a sua retirada, em 1926.
Editora da Universidade. 167p. R$17,00

WWW

Le Monde
www.diplo.com.br
Versão brasileira do jornal francês Le Monde Diplomatique

500 anos
www.veracruz500.org.br
Documentos históricos e pesquisas sobre o quinto centenário do Brasil

História
www.pbs.org/empires/thegreeks
Site que conta a hitória da Grécia clássica usando recursos multimída

Fapergs deve ser centro gerador de políticas

Gil Cafrune Gosch

Oliveira: a estrutura da Fapergs é menos que modesta, é de um franciscanismo atroz

Uma das principais metas do novo diretor-presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul, (Fapergs), Renato de Oliveira, é alterar o perfil demasiadamente passivo da entidade, fazendo com que ela deixe de ser um mero balcão receptor de projetos de pesquisa e passe atuar como um instrumento indutor de políticas públicas na área de ciência e tecnologia. O novo dirigente pretende romper com o que considera ser uma tradição histórica da fundação. Segundo ele, praticamente desde sua criação, a atuação da Fapergs tem sido no sentido de aguardar que os pesquisadores do RS apresentem projetos de pesquisa solicitando financiamento. "A Fapergs tem que deixar de ser uma mera estrutura de recepção de projetos", propõe Renato de Oliveira.

Marco Aurélio Weissheimer

AD verso - ***Quais os fatores que exigem uma mudança no modo de atuação da Fapergs?***

Renato de Oliveira - Esta postura já começou a mudar recentemente, quando a Fapergs começou a lançar editais temáticos que tentam fazer uma articulação entre a pesquisa que é feita no Rio Grande do Sul e prioridades políticas do governo. Isso é um bom começo mas ainda é insuficiente. A economia gaúcha caracteriza-se, de um lado, por dispor de uma malha de instituições de pesquisa muito significativa levando em conta o padrão brasileiro e, de outro, por apresentar uma economia com áreas de produção de alta densidade tecnológica, de alto valor agregado e com uma extensa rede de pequenas e médias propriedades. Este modelo econômico-social está sofrendo ameaças de todos os lados. A economia do Rio Grande do Sul sofre uma concorrência brutal das economias de escala do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e, agora, sofre também a concorrência direta dos países do Mercosul. Estes países são fortes competidores em áreas onde a economia do Rio Grande do Sul é tradicionalmente competente. Manter e fortalecer este perfil econômico implica necessariamente em um forte investimento em inovação tecnológica, em pesquisa científica original. Para atingir este objetivo, a Fapergs deve se transformar em um instrumento formulador de políticas.

Adverso - Qual o papel da comunidade científica neste processo de mudança?

Oliveira - A característica da rede universitária e de instituições de pesquisa do Estado também sinaliza para a necessidade de uma política de fomento à pesquisa em ciência e tecnologia, que combine incentivo à excelência acadêmica com os ganhos de qualidade de um grande número de instituições ainda em processo de consolidação. É preciso fazer uma política de ciência e tecnologia que não seja induzida pelas demandas espontâneas da comunidade de pesquisadores, que não seja apenas uma resposta a estas demandas espontâneas. É claro que estas demandas são um elemento-chave para desenhar esta política, mas o que deve caracterizá-la enquanto tal é sua capacidade de se orientar por prioridades definidas num contexto global, que transcende a problemática específica da ciência e tecnologia.

Adverso - A experiência do orçamento participativo influirá na definição desta política?

Oliveira - Algumas coisas que acontecem aqui no Rio Grande do Sul favorecem este objetivo, como, por exemplo, a generalização da experiência do orçamento participativo e a confiabilidade crescente de setores expressivos da população neste mecanismo. A generalização desta experiência está favorecendo a emergência de novos espaços públicos. A Fapergs tem que estar atenta aos interesses que são definidos nestas instâncias de discussão, principalmente se levarmos em conta que a questão da ciência e tecnologia aparece sistematicamente como uma das prioridades deliberadas pelos fóruns do orçamento participativo, em praticamente todas as regiões do Estado. Isso significa que temos horizontes concretos em direção aos quais devemos orientar a nossa política de fomento à ciência e tecnologia. Não se trata de fazer uma discussão de caráter meramente acadêmico, muito comum principalmente no meio universitário de esquerda, que se caracteriza pela defesa da construção de um projeto de universidade referenciado num projeto de sociedade. No final das contas, ambos são produto de uma mera especulação teórica. Aqui no Rio Grande do Sul, o que chamamos de projeto de sociedade já está emergindo concretamente. Temos avançado muito na definição de mecanismos públicos de debate sobre as questões que interessam à população. A política da Fapergs tem que ser orientada nesta direção.

> ***"É preciso fazer uma política de C&T que não seja induzida pelas demandas espontâneas da comunidade de pesquisadores"***

Adverso - Como está indo o processo de descentralização da atuação da Fapergs?

Oliveira - O processo de descentralização está teoricamente em andamento, mas ele não tem alterado essa característica essencial da Fapergs de ser uma instituição receptora de projetos e organizadora do fluxo de atendimento desta demanda. Esta experiência é uma tentativa de descentralização administrativa. Foram criados dois escritórios, em Santa Maria e em Pelotas. Mas ainda não se trata do exercício descentralizado de uma política, pois esta não existe enquanto tal. A própria estrutura administrativa atual da Fapergs revela um pouco isso. É uma estrutura menos que modesta, de um franciscanismo atroz. A fundação possui um quadro de pessoal que prevê 48 funcionários e que, atualmente, possui apenas 18, sendo que a maioria são estagiários. Ela não tem meios operacionais para se transformar num centro gerador de políticas. E o nosso projeto é transformá-la num centro gerador de políticas, com autonomia e estrutura para tanto. Para isso precisaremos fazer uma reforma radical na sua estrutura administrativa e material. Não existe, por exemplo, nenhum acesso sistematizado aos dados que compõem a história da Fapergs. Se quisermos saber o perfil dos projetos financiados nos últimos dez anos, isso vai demandar um trabalho bastante oneroso.

Adverso - E o orçamento da Fapergs permite implementar esta reforma radical?

Oliveira - O orçamento da Fapergs transformou-se quase em um tabu. Meu nome está associado a esta coisa, pois há três anos entrei com uma denúncia no Ministério Público contra dois ex-secretários de Estado em razão do descumprimento da Constituição. Ela determina que o orçamento da entidade seja igual ou superior a 1,5% da receita tributária líquida do Estado. Não sei exatamente quanto isto daria hoje, mas certamente passaria da casa dos 30 milhões de reais. O orçamento deste ano é de 13 milhões de reais. Este valor não deve chegar 1% da receita tributária líquida do Estado. Este desrespeito sistemático à Constituição deve-se muito a uma certa omissão, não só das diretorias da Fapergs, como das lideranças da comunidade científica do Rio Grande do Sul. O princípio que tem funcionado nesta área pode ser resumido assim: "já que não vamos ganhar nada, vamos nos contentar com as migalhas". O atual governo tem tido sucesso na política de combate à sonegação, de cobrança da dívida tributária das empresas. Este sucesso tem feito aumentar a arrecadação, mas este aumento ainda não se refletiu no orçamento da Fapergs. Esta vai ser uma de nossas prioridades. Temos que fazer com que a Constituição seja cumprida. Acho que estamos numa condição favorável para isso, pois o que este governo tem feito pela ciência e tecnologia em termos de estímulo financeiro e investimento político, não se compara ao que foi feito por nenhum governo até agora. Por outro lado, não adianta nada recebermos 1,5% da arrecadação se continuarmos com a atual estrutura administrativa e com os atuais procedimentos na gestão de projetos, pois não teremos estrutura para gastar e investir estes recursos.